



PRECEITOS AGROECOLÓGICOS E PERMANÊNCIA NO SEMIÁRIDO: UMA LEITURA DOS ENSINAMENTOS DE PADRE CÍCERO À LUZ DA AGROECOLOGIA

Tayronne de Almeida Rodrigues¹
João Leandro Neto²

Resumo: Este artigo examina os preceitos ecológicos atribuídos a Padre Cícero Romão Batista, interpretando-os a partir das formulações teóricas da Agroecologia. A pesquisa, de caráter qualitativo e natureza teórico-analítica, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental, considerando textos clássicos da Agroecologia e estudos sobre o contexto histórico, social e ambiental do semiárido nordestino. As recomendações transmitidas por Padre Cícero como o manejo da vegetação nativa, a construção de cisternas, a limitação do uso do fogo, o descanso dos pastos, o cuidado com a fauna e o aproveitamento das plantas da caatinga são discutidas em articulação com categorias agroecológicas como conservação do solo, diversificação produtiva, regulação dos ciclos ecológicos e reestruturação do uso da terra. A análise indica que tais ensinamentos integram um repertório técnico e ético de organização territorial, com potencial para fortalecer com projetos de permanência da agricultura familiar em regiões marcadas pela escassez hídrica e pela degradação ambiental. Observou-se, portanto, que Agroecologia, ao incorporar experiências populares territorializadas, consolida sua capacidade de enfrentamento das desigualdades socioambientais e de reconstrução das condições de vida em territórios vulnerabilizados.

Palavras-chave: Agroecologia; Semiárido; Padre Cícero; Práticas agrícolas; Permanência no campo.

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro, espaço historicamente negligenciado pelas políticas públicas estruturantes, tornou-se, ao longo do tempo, um campo para experiências de resistência sociocultural e de reconfiguração dos modos de convivência com os ecossistemas locais. Entre as múltiplas figuras que atuaram nesse território, Padre Cícero Romão Batista assume papel destarte no debate contemporâneo sobre sustentabilidade no campo. Atuando entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Padre Cícero formulou e disseminou um conjunto de preceitos que, embora ancorados em sua formação religiosa, dialogam com fundamentos teóricos e práticos posteriormente sistematizados no campo da Agroecologia.

¹ Doutor pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com

² Doutorando pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>. E-mail: joaoleandro@gmail.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A Agroecologia, compreendida como ciência, movimento e prática, articula saberes oriundos da tradição camponesa e do conhecimento técnico-científico, estruturando-se como uma proposta de reorganização das formas de produção e reprodução da vida em territórios marcados por conflitos ambientais, desigualdade fundiária e vulnerabilidade hídrica. Segundo Gliessman (2000), a compreensão dos agroecossistemas exige a leitura das interações entre os componentes bióticos e abióticos em articulação com as práticas humanas. A esse respeito, Altieri (2002) observa que o acúmulo histórico de experiências empíricas constitui base indispensável para a construção de sistemas sustentáveis. Nesse contexto, Padre Cícero, se projeta como uma liderança religiosa articuladora, de práticas de manejo, orientação moral e organização comunitária que incorporavam elementos ecológicos adaptados às condições do sertão nordestino.

As orientações transmitidas por Padre Cícero aos agricultores de Juazeiro do Norte, como o incentivo ao plantio de árvores nativas, a recomendação para não utilizar o fogo como prática agrícola, o armazenamento de água da chuva e o cuidado com a fauna e flora locais, expressam uma lógica de uso dos recursos naturais que se aproxima das proposições metodológicas da Agroecologia. Primavesi (2002), em sua análise sobre o manejo ecológico do solo, afirma que o restabelecimento das funções ecológicas dos territórios passa pelo reconhecimento dos saberes locais e pelo respeito à diversidade biológica e cultural. Nesse sentido, as proposições do sacerdote podem ser lidas como antecipações empíricas de princípios agroecológicos que hoje estruturam propostas de convivência com o semiárido.

Diante disso, este artigo tem como finalidade realizar uma análise crítica dos preceitos ecológicos enunciados por Padre Cícero, estabelecendo conexões entre tais orientações e as formulações teóricas da Agroecologia contemporânea. A partir das reflexões de Altieri (2002), Gliessman (2000), Chaboussou (2006) e Primavesi (2002), é possível interpretar os elementos ecológicos inscritos na atuação pastoral de Padre Cícero como antecipações de princípios discutidos nas práticas sustentáveis voltadas ao semiárido. A proposta consiste em reinterpretar tais ensinamentos como ciência formalizada, e identificar suas aproximações com princípios já reconhecidos pela literatura agroecológica, articulando-os a uma releitura da história ambiental do Nordeste brasileiro.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo metodológico é examinar os preceitos ecológicos transmitidos por Padre Cícero Romão Batista, interpretando-os à luz de fundamentos estabelecidos na literatura agroecológica. A análise foi conduzida com base em fontes primárias e secundárias, selecionadas pela relevância no campo da Agroecologia, da história ambiental do semiárido nordestino e da sociologia rural brasileira.

O corpus documental considerou registros de ensinamentos atribuídos a Padre Cícero, interpretados como proposições normativas voltadas à gestão dos bens naturais e à organização do espaço camponês no contexto do sertão nordestino entre os séculos XIX e XX. Esses registros foram extraídos de obras históricas, relatos memorialísticos e artigos científicos. Entre os textos consultados, inclui-se o trabalho de Ferreira (2014), publicado na revista *Polêm!ca*, que sistematiza parte das máximas atribuídas ao sacerdote. Tal publicação figura entre os referenciais considerados, sem, contudo, assumir primazia interpretativa no escopo analítico.

A interpretação dos preceitos foi orientada por categorias extraídas da bibliografia especializada em Agroecologia, nas obras de Gliessman (2000), Altieri (2002), Primavesi (2002; 2010) e Chaboussou (2006), cujas contribuições têm sido amplamente reconhecidas nos estudos sobre práticas sustentáveis no meio rural. As categorias mobilizadas incluem: manejo ecológico do solo, recomposição da vegetação nativa, proteção da biodiversidade, técnicas de conservação hídrica e resiliência socioterritorial.

A partir da leitura cruzada entre os ensinamentos de Padre Cícero e os fundamentos agroecológicos, buscou-se construir uma análise crítica que permitisse compreender o alcance dessas proposições no debate atual sobre convivência com o semiárido e sustentabilidade territorial. O percurso metodológico adotado não pretende recair em análises devocionais ou apologéticas, mas sim estabelecer conexões conceituais sustentadas em literatura científica e em referenciais epistemológicos consistentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRESERVAÇÃO DAS MATAS E REGENERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

O conselho de Padre Cícero que desautoriza a derrubada da vegetação, inclusive de um exemplar arbóreo, corresponde a uma norma prática de uso e cuidado com os recursos naturais em territórios sujeitos a intensos processos de degradação ecológica. Em contextos marcados pela escassez hídrica e pela fragilidade dos solos, como ocorre no semiárido nordestino, a supressão da cobertura vegetal implica desestruturação da paisagem e redução das condições mínimas para a reprodução da vida social e agrícola.

Gliessman (2000), ao tratar dos fluxos de energia nos agroecossistemas, sustenta que a presença de vegetação nativa cumpre papéis fundamentais na conservação da umidade do solo, na manutenção de microclimas e na sustentação das cadeias alimentares. A retirada dessas áreas além de expor o solo à erosão, compromete os ciclos de nutrientes e o controle biológico natural. Altieri (2002) afirma que a vegetação nativa integra sistemas complexos de interação entre plantas, animais e seres humanos, intervindo para o funcionamento integrado de unidades produtivas sustentáveis, especialmente em regiões tropicais e semiáridas.

A destruição da vegetação local no sertão nordestino esteve associada a modelos predatórios de ocupação, baseados na abertura de roçados e no extrativismo lenheiro sem qualquer plano de recomposição. Miranda (2009) mostra que a fragmentação das matas levou à interrupção de corredores ecológicos, impossibilitando o deslocamento de animais, a disseminação de sementes e a regeneração natural de espécies. A consequência disso recai diretamente sobre a capacidade de adaptação das comunidades rurais frente à intensificação de eventos extremos, como estiagens prolongadas e desertificação.

Brown (2003) aponta que a eliminação da cobertura vegetal estimula o escoamento superficial da água da chuva, intensifica os processos de lixiviação e elimina a matéria orgânica que mantém a fertilidade da camada cultivável do solo. A supressão de árvores e arbustos, mesmo em pequena escala, reduz a capacidade dos agroecossistemas de suportar práticas agrícolas sem o uso intensivo de insumos externos. Já Primavesi (2002) ressalta que o manejo ecológico pressupõe a permanência de elementos da vegetação original, com função que vai além da proteção física do solo, influenciando diretamente os processos bioquímicos necessários à produção agrícola de base sustentável.

No caso da Caatinga, a eliminação da vegetação compromete as funções ecológicas específicas deste bioma, pois sua flora é adaptada à irregularidade climática e às limitações



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

hídricas. A ausência de árvores compromete a infiltração da água da chuva, impede a recarga dos lençóis freáticos e intensifica o risco de colapsos produtivos nas pequenas propriedades. A manutenção da vegetação, nesse sentido, configura um elemento técnico da gestão ecológica do território.

A proposição de Padre Cícero encontra correspondência em princípios formulados por pesquisadores agroecológicos décadas mais tarde. Trata-se de observação prática que nasce da experiência cotidiana com a terra e com as adversidades do clima. Essa prática, ao ser recuperada e analisada, passa a compor o repertório de estratégias possíveis para a construção de sistemas produtivos sustentáveis, enraizados nas realidades socioambientais do semiárido.

PROIBIÇÃO DO USO DO FOGO COMO TÉCNICA DE LIMPEZA DO SOLO

Entre os conselhos atribuídos a Padre Cícero, a proibição do uso do fogo em áreas de roçado e em terrenos de caatinga apresenta implicações diretas sobre a estabilidade ecológica dos agroecossistemas e a conservação dos recursos edáficos. Em áreas de semiárido, a queima como prática tradicional de preparo do solo acarreta alterações severas nos atributos físicos, químicos e biológicos da terra cultivável, interferindo na dinâmica do solo e nos ciclos de nutrientes essenciais à produção agrícola de base camponesa.

A literatura especializada tem demonstrado que o uso do fogo compromete a biodiversidade microbiana, volatiliza nutrientes e intensifica os processos de erosão laminar. Lepsch (2002) identifica a queima como um dos principais fatores de degradação da matéria orgânica do solo, afetando diretamente a vida dos microrganismos e o equilíbrio das relações tróficas subterrâneas. Essa prática, ainda recorrente em áreas rurais, está associada à eliminação da cobertura morta e à exposição do solo a processos erosivos, principalmente quando aplicada de forma recorrente e sem acompanhamento técnico.

Ferreira et al. (2013) analisam os efeitos das queimadas sobre o solo e demonstram que o impacto da temperatura elevada modifica a estrutura física do solo e altera sua capacidade de retenção de água, dificultando a reconstituição da fertilidade natural. Esses efeitos, quando combinados com a irregularidade das chuvas e a baixa profundidade dos solos do semiárido, reduzem significativamente a capacidade produtiva das áreas cultivadas.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A utilização do fogo como recurso de manejo de vegetação espontânea, embora difundida, apresenta riscos acentuados em zonas de transição ecológica. Primavesi (2010), ao discutir a estrutura dos agroecossistemas tropicais, argumenta que o controle das plantas espontâneas pode ocorrer por meio de métodos alternativos, como cobertura verde, consórcios e manejo manual, com efeitos duradouros sobre a saúde do solo. O uso do fogo, segundo a autora, só deveria ser tolerado em casos muito específicos e sob rigoroso controle técnico, sendo preferível a adoção de práticas que preservem o banco de sementes, os microrganismos e o húmus.

No contexto do sertão, onde o fogo foi historicamente empregado para limpeza rápida do terreno, a advertência de Padre Cícero atua como orientação prática baseada na observação dos impactos diretos sobre a terra e sobre os ciclos agrícolas. A remoção completa da vegetação e a exposição do solo confluem para o esgotamento das áreas cultiváveis e para o avanço de processos de desertificação, conforme apontado por Rodrigues et al. (2013) em pesquisas realizadas no interior do Ceará.

Além dos aspectos ambientais, o uso do fogo está associado a riscos sociais. Queimadas fora de controle são responsáveis por acidentes, perda de lavouras e destruição de cercas e pequenas infraestruturas. Ao recomendar a suspensão dessa prática, Padre Cícero opera no campo da preservação da vida material das famílias agricultoras, numa perspectiva de proteção coletiva que ultrapassa os limites da moral religiosa e se projeta sobre os modos de vida tradicionais.

Essa recomendação, portanto, corresponde a uma forma empírica de gestão dos recursos, com fundamentos agroecológicos que sustentam a reconstrução de paisagens produtivas em territórios vulnerabilizados. O abandono do uso indiscriminado do fogo, associado à reorganização do sistema produtivo em bases agroecológicas, representa um imperativo ambiental, juntamente à uma estratégia concreta de permanência do agricultor em sua terra com autonomia e segurança.

PROTEÇÃO DA FAUNA E REGULAÇÃO DA PRESSÃO SOBRE A CAÇA

A advertência “não cace mais e deixe os bichos viverem”, atribuída a Padre Cícero, aponta para a necessidade de controle da pressão antrópica sobre a fauna silvestre e de



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

reconfiguração da relação entre as comunidades rurais e os animais nativos. Em regiões de escassez material e isolamento político, a caça de subsistência passou a integrar a rotina alimentar de inúmeras famílias, especialmente aquelas inseridas em contextos de pobreza extrema. No entanto, essa prática, quando sistematizada como meio de sustento permanente ou transformada em atividade comercial, provoca impactos severos sobre a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

O desaparecimento de espécies silvestres acarreta desajustes nos fluxos energéticos e nos ciclos alimentares. Altieri (2002) afirma que a presença da fauna local está vinculada à manutenção dos serviços ecológicos fundamentais, como a dispersão de sementes, o controle de populações de pragas e o equilíbrio entre os níveis tróficos. A retirada intensiva de animais desses ecossistemas altera o funcionamento das cadeias alimentares, criando ambientes instáveis e vulneráveis a desequilíbrios internos. Em regiões de caatinga, a eliminação de espécies endêmicas e adaptadas ao clima semiárido compromete a resiliência dos agroecossistemas em períodos de maior estresse hídrico.

Rosas (2007), ao estudar as práticas de caça no Acre, chama atenção para o fato de que a exploração ilegal da fauna silvestre muitas vezes se constitui como a única alternativa de renda monetária para determinadas famílias. Nessa perspectiva, não se trata apenas de uma prática ambientalmente deletéria, mas de uma questão socioeconômica que exige alternativas estruturadas. A criação legalizada de espécies nativas em cativeiro, por exemplo, pode representar uma via de regularização da atividade e de geração de renda sustentável, desde que vinculada a políticas públicas e assistência técnica contínua.

Fuccio et al. (2003) identificam a caça comercial como uma das principais causas de extinção local de espécies, especialmente em regiões onde ela se soma a fatores como desmatamento, queimadas e avanço da fronteira agrícola. A redução da diversidade faunística compromete a complexidade dos agroecossistemas e intensifica os impactos ambientais das demais atividades produtivas. No semiárido, essa perda tende a ser irreversível, dada a baixa densidade populacional de algumas espécies e a fragmentação progressiva dos habitats.

A proibição da caça, portanto, precisa ser compreendida como uma diretriz de reorganização das interações entre humanos e animais em territórios rurais. O discurso de Padre Cícero responde diretamente a um conjunto de práticas que ameaçam a reprodução das



condições materiais de existência das populações camponesas. Ao orientar pela preservação da fauna, o sacerdote mobiliza um princípio de reciprocidade ecológica, no qual os animais são vistos como componentes integrados ao equilíbrio territorial.

Esse entendimento se articula com o conceito de agroecossistema enquanto unidade ecológica e produtiva, conforme tratado por Gliessman (2000), no qual os elementos bióticos e abióticos interagem de maneira sincrônica. A fauna, nesse modelo, compõe uma das camadas estruturais do sistema e deve ser considerada na formulação de estratégias produtivas baseadas na biodiversidade funcional. A retirada dos animais silvestres implica perda ecológica e ruptura de funções indispensáveis ao funcionamento do sistema.

A restrição à caça indiscriminada, portanto, atravessa e o lugar de norma moral isolada, e se constitui como orientação estratégica para a construção de agroecossistemas mais equilibrados e menos dependentes da exploração de recursos não renováveis. Sua incorporação nos processos de planejamento do uso da terra aumenta as possibilidades de permanência do agricultor em seu território, com menor exposição aos riscos ambientais e maior controle sobre os ciclos produtivos locais.

CRIAÇÃO CERCADA E DESCANSO DOS PASTOS

A recomendação de Padre Cícero contra a criação solta de bois e bodes, com ênfase na construção de cercados e no repouso das áreas de pastagem, propõe uma reorganização do uso dos espaços de produção animal no semiárido nordestino. Em uma região onde a vegetação possui características de adaptação à escassez hídrica, a prática da pecuária extensiva — intensificada ao longo do século XX — resultou na degradação de grandes áreas e na intensificação de processos de desertificação. O apelo ao cercamento e ao repouso dos pastos, nesse contexto, se insere como medida concreta de recuperação da capacidade forrageira e de restauração da funcionalidade ecológica das áreas exploradas.

Rodrigues et al. (2013), no estudo sobre a expansão da pecuária extensiva no interior do Ceará, indicam que essa forma de uso do solo figura entre os principais vetores de degradação ambiental na região. A movimentação irrestrita dos rebanhos compromete a regeneração da vegetação nativa, destrói plântulas em processo de recomposição natural e compacta o solo, reduzindo sua capacidade de infiltração e sua porosidade estrutural. Em muitos casos, mesmo



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

após a exaustão da área, os rebanhos continuam sendo conduzidos sobre o mesmo território, sem qualquer tipo de manejo alternativo.

Martha Jr. et al. (2010), em análise dos sistemas de produção pecuária no Cerrado, observam que o modelo baseado na criação extensiva pode apresentar ganhos econômicos de curto prazo, porém, a longo prazo, a viabilidade desses sistemas se mostra limitada diante dos custos ecológicos e da perda de capacidade produtiva. Quando aplicados ao semiárido, esses dados indicam uma situação ainda mais grave, dada a menor disponibilidade de recursos hídricos, a fragilidade dos solos e a limitação da flora nativa para suportar grandes cargas animais por períodos prolongados.

A orientação de Padre Cícero pressupõe o uso rotativo das áreas de pastagem, de modo que o solo e a vegetação possam se recuperar antes de serem submetidos novamente à pressão do pastoreio. Essa prática, abordada por Altieri (2002), consiste em uma estratégia de manejo ecológico que permite manter a produção pecuária em equilíbrio com a capacidade de suporte do ecossistema. A introdução de cercas, longe de ser compreendida como medida de contenção apenas física, assume papel técnico no planejamento do uso do território, permitindo a divisão racional das áreas e o controle da lotação animal.

Primavesi (2002) argumenta que o solo submetido ao pisoteio intenso sem períodos de descanso perde sua estrutura, interrompe o fluxo de ar e água, e dificulta a atividade dos microrganismos responsáveis pela ciclagem de nutrientes. A degradação do solo, nesse cenário, reduz a disponibilidade de forragem, agrava a vulnerabilidade das famílias camponesas e resulta no avanço de áreas improdutivas — que, mesmo após décadas de abandono, dificilmente recuperam sua função original sem ações sistemáticas de restauração.

A construção de cercados, por sua vez, está vinculada tanto ao ordenamento da atividade pecuária quanto à reorganização do espaço agrícola de modo geral. Em territórios de pequenas propriedades, onde o uso da terra é intensivo, a separação física entre cultivos, áreas de reserva e zonas de pastagem permite reduzir conflitos, preservar culturas alimentares e evitar danos causados por rebanhos soltos. A implantação de cercas representa, portanto, uma medida de racionalização do uso dos recursos, com implicações diretas na conservação da paisagem e na estabilidade da produção.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

O conjunto dessas práticas integra o repertório agroecológico voltado à construção de sistemas sustentáveis em áreas sujeitas a limitações climáticas e ecológicas. A proposta de Padre Cícero, ao impedir o trânsito desordenado dos animais e indicar a necessidade de repouso dos pastos, incorpora uma leitura funcional do território, baseada na observação direta das consequências da superexploração. Esse tipo de orientação atua como instrumento de cuidado com a terra e com os ciclos da natureza, reafirmando a importância da agricultura camponesa como projeto de permanência com autonomia, sem a destruição dos bens comuns.

MANEJO DA FERTILIDADE E PROTEÇÃO DOS SOLOS

Entre as recomendações atribuídas a Padre Cícero, uma em especial se dirige à maneira como os agricultores devem organizar o plantio em áreas com declividade: “não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza”. A formulação contém elementos que se relacionam diretamente com princípios técnicos de conservação do solo, articulando o conhecimento tradicional com medidas de prevenção à erosão hídrica e ao esgotamento da matéria orgânica superficial, sobretudo em territórios de relevo acidentado e solos rasos, como ocorre em boa parte do semiárido cearense.

A declividade, quando ignorada nas práticas de plantio, possibilita o escoamento da água das chuvas em alta velocidade, arrastando partículas do solo e provocando perdas de nutrientes, compactação e, em casos mais graves, assoreamento dos cursos d'água. Primavesi (2002), em sua reflexão acerca do manejo ecológico em regiões tropicais, afirma que o plantio deve ser orientado segundo a topografia do terreno, com ênfase em técnicas como o terraceamento e as curvas de nível. Essas práticas permitem a infiltração da água no solo, reduzem a velocidade do escoamento superficial e aumentam a permanência da umidade em áreas cultivadas.

Ferreira et al. (2013), ao analisarem o impacto da disposição inadequada das lavouras sobre áreas inclinadas, demonstram que o plantio no sentido da encosta acelera os processos erosivos e prejudica a constituição de agregados estáveis no solo. A vegetação de cobertura, especialmente composta por plantas espontâneas ou adubos verdes, atua como barreira física contra a força da água e mantém os nutrientes em superfície. A remoção dessa vegetação para



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

a instalação de culturas sem planejamento intensifica a perda da fertilidade e compromete o equilíbrio do ecossistema produtivo.

No contexto do semiárido, onde os solos apresentam baixa profundidade e são pouco estruturados, o manejo inadequado das encostas representa uma das principais causas de degradação ambiental em propriedades de agricultura familiar. Gliessman (2000) observa que a conservação do solo é parte de uma estratégia integrada de construção de agroecossistemas, e não como ação isolada. O uso de vegetação permanente nas áreas de maior declividade, associado ao cultivo em nível nas áreas agricultáveis, forma uma base técnica para manter a produtividade e preservar os recursos naturais ao longo do tempo.

Além do risco de erosão, o plantio em encostas sem cobertura vegetal adequada prejudica o ciclo da água no agroecossistema. A eliminação das plantas que recobrem o solo diminui a capacidade de retenção de umidade e afeta negativamente os micro-organismos responsáveis pela mineralização de nutrientes. Em áreas de agricultura de sequeiro, essa perda se traduz em menor eficiência produtiva, maior dependência de insumos externos e vulnerabilidade diante das variações climáticas.

O conselho transmitido por Padre Cícero, nesse caso, não se restringe à prevenção de danos pontuais, propõe um redesenho das práticas agrícolas em função das características do relevo e das condições naturais de cada propriedade. Ao defender o uso do mato como proteção da terra, o sacerdote expressa uma compreensão sistêmica da relação entre solo, água e cobertura vegetal. Essa perspectiva, ainda que formulada fora dos marcos acadêmicos, encontra correspondência com práticas sustentadas pela ciência agroecológica, voltadas à reconstrução da fertilidade e ao uso racional dos bens naturais.

A incorporação dessas medidas no cotidiano produtivo das famílias rurais implica em reorganizar o planejamento da produção, considerando limites ambientais e exigências técnicas do território. Essa orientação conduz a ação agrícola para além do imediatismo, com vistas à continuidade das condições de cultivo e ao fortalecimento da base ecológica do trabalho no campo.

CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DAS CHUVAS



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A instrução de Padre Cícero para que cada morador rural construa uma cisterna no oitão da casa configura uma diretriz concreta de enfrentamento à escassez hídrica no semiárido. A irregularidade pluviométrica, combinada à evaporação acentuada e à ausência de sistemas públicos de abastecimento nas zonas rurais, impôs à população estratégias autônomas de sobrevivência, entre as quais a captação da água das chuvas representa uma medida elementar. A prática é mas que o acúmulo físico da água, tem uma função estratégica na manutenção da agricultura de subsistência, da segurança alimentar e da estabilidade das unidades familiares que dependem exclusivamente das chuvas para abastecimento e cultivo.

Cavalcanti et al. (2005) apontam que a adoção das cisternas, construídas com placas de cimento e acopladas à área de captação do telhado, se consolidou como tecnologia social amplamente difundida no semiárido, principalmente por meio das articulações desenvolvidas a partir da ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro). Embora a recomendação de Padre Cícero seja anterior à sistematização moderna dessas políticas, a prática em si baseia-se na lógica de convivência com a seca, em contraste com a lógica assistencialista de combate à seca predominante nas décadas seguintes.

A captação da água da chuva, além de garantir o abastecimento humano, permite a irrigação de quintais produtivos, hortas medicinais e pequenas criações, fortalecendo a autonomia das famílias e reduzindo a dependência de poços profundos e caminhões-pipa. Neves et al. (2012) analisam os impactos dessa prática em municípios do Rio Grande do Norte e observam que a presença de cisternas nas residências está diretamente associada à redução dos deslocamentos para busca de água, ao incremento da produção alimentar e à melhoria das condições sanitárias no meio rural.

No entanto, a presença da estrutura física não assegura, por si só, a funcionalidade do sistema. A falta de manutenção adequada, como tampa de proteção, vedação das paredes internas, ausência de filtros rudimentares e métodos seguros de extração da água acumulada, compromete a qualidade da água armazenada e expõe as famílias ao risco de contaminação. Cavalcanti et al. (2005) já indicavam que a ausência de capacitação técnica para o uso correto das cisternas, assim como a ausência de cultura de cuidado com a água, pode anular os benefícios esperados, sobretudo em períodos de estiagem prolongada.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Altieri (2002), no contexto de sua reflexão sobre a construção de agroecossistemas resilientes, afirma que a captação e o uso racional da água devem ser organizados de forma descentralizada, com tecnologias adaptadas ao território, baixo custo de implantação e capacidade de autogestão pelas comunidades. As cisternas cumprem esse papel quando inseridas num projeto territorial que articula produção agrícola, saneamento básico e educação ambiental.

A orientação transmitida por Padre Cícero, nesse sentido, traduz um princípio de reorganização do modo de vida rural, voltado à permanência da família camponesa no território por meio do domínio sobre os meios de sobrevivência. A água da chuva, por sua natureza intermitente e difusa, exige planejamento, disciplina e percepção do tempo ecológico. O acúmulo em cisternas corresponde, portanto, a uma técnica ancestral que ganha dimensão estratégica quando incorporada aos princípios da Agroecologia.

Essa prática, quando articulada a outras formas de conservação do solo e da vegetação, viabiliza as possibilidades de uso integrado dos recursos naturais. Ao defender a construção das cisternas junto às residências, Padre Cícero propõe um modelo descentralizado de gestão da água, com base em estruturas de pequeno porte, operadas pelas próprias famílias e adequadas à realidade do semiárido. Essa diretriz ainda permanece atual diante das transformações climáticas, da expansão do agronegócio e da crescente pressão sobre os bens comuns.

CONSTRUÇÃO DE BARREIRAS PARA REPRESAMENTO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS

Entre as instruções práticas formuladas por Padre Cícero, encontra-se a recomendação para que os agricultores construam pequenas barreiras nos riachos, com espaçamento regular, mesmo que sejam feitas apenas com pedra solta. Essa orientação corresponde a uma prática tradicional de controle do fluxo hídrico em áreas com forte escoamento superficial, especialmente durante os períodos curtos e intensos de chuva característicos do semiárido. A proposta de represar a água em trechos sucessivos dos cursos naturais reflete um entendimento funcional dos processos de infiltração e de recarga do solo, estruturado sobre o conhecimento empírico das famílias agricultoras do sertão.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Neves et al. (2012) descrevem com precisão o papel dos barramentos superficiais como forma de contenção de sedimentos e de aumento da infiltração em perfis degradados. Ao reduzir a velocidade do escoamento das águas pluviais, essas estruturas melhoram a sedimentação de partículas finas e prolongam o tempo de contato entre a água e o solo, criando condições favoráveis para o reabastecimento dos lençóis freáticos e o armazenamento temporário em poços rasos e cacimbões. Constitui um manejo de baixo custo, viável em áreas de pequena escala, com implantação possível a partir de materiais locais e mão de obra comunitária.

O acúmulo de sedimentos promovido por essas barreiras forma microterraços que, após consolidados, tornam-se ambientes propícios ao cultivo de determinadas culturas, como o arroz, a batata-doce ou gramíneas para forragem. A retenção da água na superfície por mais tempo permite o uso agrícola de solos anteriormente improdutivos e possibilita a expansão da área cultivável sem necessidade de desmatamento adicional. Gliessman (2000), ao discutir o conceito de agroecossistemas adaptados, afirma que o planejamento hidrológico de pequenas propriedades deve considerar intervenções que melhorem a retenção de água no sistema, reduzam perdas por escoamento e garantam o abastecimento das plantas mesmo em condições de precipitação irregular.

Além dos benefícios produtivos, o represamento da água atua como fator de estabilização ecológica, uma vez que cria microambientes úmidos, e permite o crescimento de espécies vegetais adaptadas a margens de curso d'água e interage para a conservação da fauna associada a esses nichos. Em territórios sujeitos à desertificação, essa intervenção representa uma estratégia de desaceleração dos processos erosivos e de restauração gradual da capacidade produtiva do solo. Altieri (2002) ressalta que a retenção das águas em áreas estratégicas aumenta a autonomia dos agricultores e reduz a necessidade de investimentos externos em infraestrutura hídrica de grande porte, muitas vezes inacessíveis para a agricultura familiar.

A orientação de Padre Cícero, portanto, corresponde a uma concepção de uso da água pautada na sua permanência no território e na sua circulação controlada dentro dos limites da propriedade. O planejamento dos barramentos exige observação dos fluxos naturais, conhecimento da dinâmica do relevo e articulação comunitária para a construção e a manutenção das estruturas configura um modelo territorial de gestão da água, enraizado nas



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

condições ecológicas e sociais do semiárido, com eficácia diretamente ligada à continuidade do manejo coletivo e à preservação das áreas adjacentes.

O represamento por barragens sucessivas nos leitos de pequenos riachos, ainda que rudimentar, funciona como alternativa concreta à expansão da escassez e como medida de fortalecimento da segurança hídrica local. A aplicação sistemática desse método, articulada com a captação em cisternas e com a preservação da vegetação das margens, conforma um sistema de retenção e reaproveitamento das águas que desenvolve a resiliência dos agroecossistemas frente aos efeitos da variabilidade climática.

FLORESTAMENTO COM ESPÉCIES NATIVAS E ADAPTADAS

A proposição “plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou de outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só”, atribuída a Padre Cícero, carrega consigo uma diretriz que ultrapassa o incentivo ao cultivo isolado de espécies arbóreas. Trata-se de uma proposta de recomposição do equilíbrio ecológico por meio do reflorestamento planejado, integrando espécies com diferentes funções ecológicas e usos econômicos, em consonância com o potencial adaptativo da vegetação regional. O plantio sistemático de árvores com utilidades múltiplas, realizado de forma contínua e descentralizada, atua diretamente na reconstrução das dinâmicas ecológicas e produtivas dos agroecossistemas.

No semiárido, a arborização funcional tem se mostrado uma estratégia eficiente para o enfrentamento da degradação ambiental e da baixa produtividade em áreas esgotadas. Gliessman (2000) trata das interações entre biodiversidade e sustentabilidade no interior dos sistemas agroecológicos e afirma que o aumento da diversidade estrutural e funcional do ecossistema promove maior estabilidade frente a perturbações ambientais. O plantio de árvores, nesse sentido, desempenha múltiplos papéis: proteção do solo, sombreamento, controle térmico, reposição de nutrientes via serrapilheira, abrigo para fauna, além da produção direta de alimentos, madeira, forragem e medicamentos.

A escolha de espécies como o caju (*Anacardium occidentale*), o sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*) e a algarobeira (*Prosopis juliflora*) responde a critérios de rusticidade, adaptação edafoclimática e utilidade para as famílias rurais. Essas plantas têm sido amplamente utilizadas em projetos de recuperação de áreas degradadas, em sistemas agroflorestais e em



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

práticas de enriquecimento de áreas de caatinga. Primavesi (2002) destaca que, em ambientes tropicais, o restabelecimento da cobertura arbórea com espécies bem adaptadas permite retomar a ciclagem natural de nutrientes, regular o microclima e fortalecer os fluxos ecológicos interrompidos pela ação antrópica.

Rosa et al. (2007), ao analisarem quintais agroflorestais no estado do Pará, demonstraram que a mistura de espécies nativas e exóticas com finalidades distintas favorece a segurança alimentar, o uso medicinal, a produção de lenha e o abastecimento de mercados locais. Ainda que o contexto ecológico seja distinto, a lógica de diversificação em pequenas áreas, articulando espécies perenes e culturas anuais, pode ser aplicada com êxito no semiárido. O modelo proposto por Padre Cícero encontra paralelo nesse tipo de organização ecológica da paisagem, que visa o restabelecimento da vitalidade do território a partir da recomposição vegetal.

A inclusão de espécies exóticas adaptadas, como a algaroba, tem gerado debates sobre os limites do uso de plantas introduzidas. Embora apresente potencial invasivo, essa espécie tem sido utilizada de forma estratégica para sombreamento e recuperação de solos compactados, desde que manejada com critérios técnicos. A proposta do reflorestamento, vai além da reprodução do bioma original, compõe uma paisagem funcionalmente ativa, com capacidade de suporte para a atividade camponesa.

O conselho de plantar ao menos uma árvore por dia apresenta, além de uma proposta técnica, um apelo ético à construção de uma nova relação entre o agricultor e o território. O ato de plantar, repetido cotidianamente, assume valor simbólico e material: cada muda inserida no solo representa um gesto de reconstrução do agroecossistema, de proteção contra o avanço da desertificação e de investimento em um futuro produtivo que não dependa da exploração predatória. O plantio é uma tarefa diária, prática incorporada à rotina produtiva e espiritual do camponês.

Essa diretriz expressa, de forma condensada, os princípios de uma agricultura enraizada na convivência com os ciclos naturais e na autonomia da família agricultora. O reflorestamento orientado por critérios de diversidade, adaptabilidade e utilidade social compõe o repertório de práticas agroecológicas destinadas à restauração dos territórios em colapso, consolidando paisagens capazes de sustentar a vida em suas múltiplas formas.



APROVEITAMENTO DAS PLANTAS DA CAATINGA

A recomendação de Padre Cícero para que os moradores do sertão aprendam a tirar proveito das plantas da caatinga, mencionando especificamente a maniçoba, a favela e a jurema, corresponde a uma concepção de uso racional e consciente dos recursos vegetais nativos. Essas espécies, tradicionalmente vistas como vegetação secundária ou mesmo como mato descartável, passam a ser tratadas como componentes estruturantes da vida rural em contextos de escassez hídrica e limitação de insumos. O aproveitamento da flora regional se inscreve numa lógica de soberania produtiva, na qual o território deixa de ser o lugar de escassez, e passa a representar o espaço de possibilidades adaptativas.

Primavesi (2002) afirma que o manejo das plantas espontâneas deve considerar o papel dessas espécies na recomposição ecológica dos solos e na estruturação do sistema produtivo. Muitas plantas consideradas “invasoras” são, na verdade, elementos de transição entre ecossistemas degradados e sistemas estabilizados, promovendo a cobertura do solo, a fixação de nutrientes e a atração de fauna auxiliar. Na caatinga, a maniçoba (*Manihot pseudoglaziovii*), a favela (*Cnidoscolus phyllacanthus*) e a jurema (*Mimosa hostilis*) se destacam por sua capacidade de sobrevivência em solos pobres e por apresentarem múltiplas utilidades.

A maniçoba, por exemplo, é utilizada como forragem para o gado, especialmente em períodos de seca, em razão de seu alto teor proteico. A favela possui uso tradicional como planta medicinal e também é empregada na alimentação animal. Já a jurema dispõe de madeira leve, sombra e alimento suplementar para os rebanhos. Nascimento e Alves (2008) classificam essas espécies como plantas pioneiras, ou seja, aquelas que primeiro ocupam áreas abertas após distúrbios ambientais. Essas plantas preparam o ambiente para a entrada de espécies secundárias, participando ativamente dos processos de sucessão ecológica.

O uso dessas espécies, longe de representar uma alternativa de baixa qualidade, expressa uma capacidade de adaptação das comunidades rurais às condições do semiárido. Ferreira et al. (2013) ressaltam que o manejo correto da vegetação nativa pode ser decisivo na manutenção da produtividade e na diminuição da dependência de insumos externos. Ao utilizar espécies já adaptadas às condições edafoclimáticas locais, o agricultor fortalece sua autonomia e reduz a vulnerabilidade do sistema produtivo frente às variações climáticas.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

O incentivo ao aproveitamento da vegetação da caatinga, portanto, está associado a uma leitura integral do agroecossistema, no qual os elementos disponíveis localmente são vistos como recursos estratégicos. Essa leitura se afasta das abordagens que enxergam o semiárido como região improdutiva, reforçando uma visão de convivência com o bioma e de valorização do conhecimento tradicional associado ao uso das plantas medicinais, forrageiras e alimentícias.

A recomendação de Padre Cícero não se limita ao uso técnico das espécies vegetais, estando relacionada a uma pedagogia da observação e da escuta dos sinais da natureza. Aprender a tirar proveito das plantas da caatinga implica reconhecer seus ciclos, entender suas interações com o solo e com a fauna, e desenvolver práticas de manejo que não esgotem suas capacidades regenerativas. Esse processo requer a valorização dos saberes camponeses acumulados ao longo de gerações e sua articulação com conhecimentos sistematizados pelas ciências agrárias e ambientais.

A utilização das espécies nativas da caatinga, nesse sentido, integra o campo da Agroecologia tanto como alternativa técnica quanto como manifestação de um paradigma de sustentabilidade territorial fundado na diversidade biológica, na justiça social e na permanência das famílias camponesas em seus lugares de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos ensinamentos ecológicos atribuídos a Padre Cícero Romão Batista, confrontada com os fundamentos teóricos da Agroecologia, permite estabelecer conexões entre práticas historicamente consolidadas no sertão nordestino e os princípios que regem a organização de agroecossistemas em territórios de clima semiárido. As recomendações analisadas que tratam da preservação das matas, do uso da água, da contenção das queimadas, do manejo da fauna, do descanso dos pastos e da cobertura vegetal configuram um sistema normativo baseado na experiência direta com os ciclos naturais, elaborado a partir da vivência concreta de populações camponesas diante das limitações ecológicas de seu território.

As proposições formuladas por Padre Cícero foram construídas em diálogo com a realidade socioclimática do Cariri cearense, num contexto em que a dependência da terra e da água exigia dos agricultores estratégias adaptativas, incorporadas ao cotidiano por meio de conselhos, exemplos e normas de conduta. Esse conjunto de orientações se organiza com base



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

em práticas que visam a estabilidade dos agroecossistemas, por intermédio do uso inteligente dos recursos locais, da valorização da biodiversidade da caatinga e da reorganização do tempo e do espaço do trabalho rural.

A análise apresentada considera os aportes teóricos de Gliessman (2000), Altieri (2002) e Primavesi (2002), que defendem a construção de sistemas agrícolas estruturados sobre diversidade funcional, conservação dos solos, recuperação da fertilidade natural e respeito aos ritmos ecológicos. As máximas enunciadas pelo sacerdote se articulam como práticas pedagógicas orientadas por uma racionalidade que integra cuidado, observação e permanência. É um saber territorializado, forjado na relação cotidiana entre o homem, o clima e a paisagem.

Os riscos apontados por Padre Cícero, como o avanço da desertificação e o colapso da produção alimentar, não pertencem ao campo das advertências simbólicas, são componentes da memória real. A destruição da cobertura vegetal, o uso do fogo como técnica de limpeza, a criação desordenada de animais e a exploração predatória dos recursos naturais provocaram, em diversos territórios do semiárido, o esgotamento dos bens comuns e o deslocamento forçado de populações camponesas. Diante disso, o conjunto de preceitos analisados pode ser compreendido como uma resposta ética e técnica aos desafios da permanência no campo.

O presente estudo buscou aproximar os fundamentos da Agroecologia de experiências enraizadas em formas de vida específicas, assumindo que a reconstrução de modelos agrícolas sustentáveis exige o diálogo entre saberes acadêmicos e práticas populares. A memória dos conselhos de Padre Cícero estabelece relação ao apresentar uma forma de organização da produção e do cuidado com a terra pautada na escuta da natureza, na economia de recursos, na solidariedade comunitária e na responsabilidade intergeracional.

A leitura crítica desse repertório permite afirmar que os princípios agroecológicos vão para além da formulação científica em sentido estrito, pois se desenvolvem também a partir da valorização de práticas camponesas com base territorial e capacidade regenerativa. A permanência das famílias agricultoras no semiárido brasileiro dependerá, em larga medida, do reconhecimento dessas práticas como parte legítima de uma agricultura que se constrói na convivência com o lugar, no cuidado com os ciclos da vida e no enfrentamento das desigualdades ambientais acumuladas ao longo da história.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CAVALCANTI, N. B.; BRITO, L. T. L.; RESENDE, G. M. Transporte e armazenamento de água para consumo humano no sertão do nordeste em período de seca. In: **5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva**. Teresina, PI, 2005.

CHABOUSSOUS, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. 2. ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERREIRA, T. C. Preceitos ecológicos do Padre Cícero: uma visão agroecológica. **Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1532–1544, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FERREIRA, T. C.; SOUZA, J. T. A.; SILVA, K. E.; OLIVEIRA, S. J. C. População de *Pheretima hawayana* sob diferentes tipos de manejo do solo. **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 6, n. 1, p. 24–34, 2013.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MARTA JR., M. G.; ALVES, C.; MUELLER, C. A. S.; VILELA, C. Análise econômica e de risco da pecuária extensiva no cerrado. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Campo Grande, jul. 2010.

MIRANDA, M. Á. **Áreas de preservação permanente e reserva legal: o que dizem as leis para a agricultura familiar?** Londrina: IAPAR, 2009.

NASCIMENTO, S. S.; ALVES, J. J. A. Ecoclimatologia do Cariri Paraibano. **Revista Geografia Acadêmica**, v. 2, n. 3, p. 28–41, 2008.

NEVES, M. B. et al. **O produtor rural e o Rio Grande do Norte semiárido: sugestões para conviver melhor com as secas**. Natal: SEBRAE/RN, 2012.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo: base para a agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

RODRIGUES, C. R. et al. Pecuária e desertificação nos municípios do estado do Ceará. In: **5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva**. Teresina, PI, 2005.

ROSA, L. S. et al. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 215–219, 2007.

ROSAS, G. K. C. **Caracterização da caça de subsistência em dois seringais localizados no Estado do Acre (Amazônia, Brasil)**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2007.

SILVA, J. J. O olhar de Padre Cícero sobre as relações sociedade-natureza e sua importância na formação de núcleos rurais no Cariri cearense. **Vozes, Pretérito & Devir**, ano I, v. I, n. I, 2013.